



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria-Executiva -SEEXEC

Departamento de Fundos Investimentos - DFIN
Coordenação-Geral de Governança de Fundos - CGGF

ATA DA 2^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CD-FNDCT EXERCÍCIO DE 2024

Data: 30/10/2024, das 10:00 às 18:00.

Local: Sala dos Conselhos, 5º andar, Bloco E, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF.

Link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NDYxMDk5ZDYtOTY4MC00YzI2LWI5YTItMDY4OTA0YTFIMTli%40thread.v2/0?context=%7b%22Id%22%3a%22bea6516b-68f0-4b48-8d01-bd769a13f065%22%2c%22Oid%22%3a%226c96020f-cd56-48fa-ac35-306f16d8d777%22%7d

Pauta:

1. A ata da 2^a Reunião Ordinária do Conselho Diretor do FNDCT do exercício de 2024 realizada em 30 de outubro está disponível no Portal MCTI na página do FNDCT junto às demais atas e pode ser acessada em anexo ou através do link https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/fndct/paginas/conselho-diretor/copy2_of_Atada1ROReunioCDFNDCT26.06.2024.pdf.

2. Abertura;

2.1. Informes:

- 2.1.1. Lançamentos dos editais na ABC;
- 2.1.2. Relato da visita ao Projeto Orion (LNMB);
- 2.1.3. Solução – Oficina CBPF e Pavilhão Mário de Almeida;
- 2.1.4. Ações do FNDCT para alavancar a interação entre ICTs e empresas;

3. Deliberações:

- 3.1. Descentralização FNS ao FNDCT – Projeto CIMATEC;
- 3.2. Revisão do Manual Operativo do FNDCT;
- 3.3. Resolução para Manutenção do GAAVA;

(intervalo para almoço – oferecido pelo MCTI)

4. Revisão dos Programas do PAI;

5. Deliberação sobre a ampliação do atendimento de Editais;
6. Calendário e proposta de pautadas próximas reuniões;
7. Assuntos Gerais;
8. Encerramento.

Participantes:

Nome	Cargo	Representação	Participação
Luciana Barbosa de Oliveira Santos	Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação	Presidente	Presencial
Luis Manuel Rebelo Fernandes	Secretário-Executivo do MCTI	Presidente substituto legal da Ministra de Estado do MCTI - suplente	Presencial
Luiz Antônio Pessan	Diretor de Gestão CAPES	Diretor de Programas e Bolsas no País da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES - suplente	Virtual
Rodrigo Sobral Rollemburg	Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	MDIC - suplente	Presencial
Virgínia de Angélis Oliveira de Paula	Secretária Nacional de Planejamento - MPO	MPO - titular	MPO - titular
Zarack de Oliveira Ferreira	Diretor de Secretaria de Orçamento Federal- MPO	MPO- suplente	Virtual
Heraldo Luiz Rodrigues	Secretário de Produtos de Defesa - MD	MD - titular	Presencial
Major Brigadeiro Engenheiro Luciano Valentim Rechiuti	Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Produtos de Defesa - MD	MD - suplente	Presencial
Rafael Ramalho Dubeux	Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda	MF - titular	Virtual
Carina Vitral Costa	Assessora da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda	MF- suplente	Presencial
Celso Pansera	Presidente da Finep	Finep - titular	Presencial
Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho	Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Substituto Legal do Presidente da FINEP	Finep - suplente	Presencial
Ricardo Galvão	Presidente do CNPq	CNPq - titular	Presencial
Olival Freire Junior	Diretor Científico e Presidente Substituto do CNPq	CNPq - suplente	Presencial
Olival Freire Junior	Diretor Científico e Presidente Substituto do CNPq	CNPq - suplente	Presencial
João Paulo Pieroni	Superintendente da Área de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior	BNDES - suplente	Virtual
Aldo José Gorgatti Zarbin	Professor Titular do Departamento de Química da UFPR	SBPC - titular	Virtual
Ildeu de Castro Moreira	Professor do Instituto de Física da UFRJ	SBPC - suplente	Presencial
Fernanda Antônia da Fonseca Sobral	Professora Doutora	SBPC – titular	Virtual

Jailson Bittencourt de Andrade	Vice-Presidente da ABC	ABC - suplente	Presencial
Adalberto Luis Val	Pesquisador - INPA/MCTI	ABC- suplente	Virtual
Jefferson de Oliveira Gomes	Diretor de Inovação da CNI	CNI-titular	Virtual
Pedro Wongtschowski	Presidente do Conselho Superior da Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (ANPEI) e presidente do Conselho	CNI - titular	Virtual
Idenilza Miranda	Especialista de Desenvolvimento Industrial da Diretoria de Inovação - CNI	ABC - suplente	Presencial
Daniel Moczydlower	Presidente e CEO da Embraer	CNI- titular	Virtual
Marcela Chami Gentil Flores	Diretora Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	CNI - suplente	Presencial

Convidados:

Maria Luiza Nogueira Rangel	Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva	Sexec	Presencial
Raphael Padula	Diretor do Departamento de Fundos e Investimentos	DFIN	Presencial
Mariana Vidal	Coordenadora-Geral de Governança de Fundos - CGGF	CGGF	Presencial
Elenice Thomas Carvalho	Assistente em C&T - CGGF	CGGF	Presencial
Lilian Rose Peters	Analista em C&T - CGGF	CGGF	Virtual
Marcia Godoi	Assistente em C&T - CGGF	CGGF	Virtual
Fernanda Stiebler	Assessora da Diretoria de Inovação	Finep	Presencial
Elias Ramos de Souza	Diretor de Inovação da Finep	Finep	Presencial
Marcio Stefanni M. Moraes	Diretor Financeiro Finep	Finep	Presencial
Janaina Prevot	Diretora de Administração	Finep	Presencial
Andrea A. N. Totis	Finep	Finep	Presencial
Ronaldo Gomes Carmona	Finep	Finep	Virtual
Ilmar Victor Marinho Barbosa Faria	Assessor Técnico Decti	MD	Presencial
Henrique de Oliveira Miguel	SETAD	MCTI	Virtual
Sibelle Silva	Assessora da Presidência da Embrapa	Embrapa	Presencial
Marcelo Bonnet	Gerente Adjunto de Cooperação de PD&I	Embrapa	Presencial

2. Abertura:

Ao iniciar a reunião, o Secretário informou que a Ministra se encontrava em uma reunião na Presidência, razão pela qual não faria a abertura da reunião como de praxe. Na sequência, cumprimentou a todos e informou a pauta a ser cumprida.

2.1. Informes:

2.1.1. Lançamentos dos editais na ABC;

Ato contínuo, o Secretário-Executivo falou sobre os editais lançado na ABC no dia 16 de outubro de 2024. Ressaltou o edital da nova Chamada Universal 2024 de R\$ 450 milhões, bem como o aumento do valor das Bolsas de Produtividade. Reforçou a relevância dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) destacando a parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), o que possibilitou a ampliação considerável do alcance do programa. Explicou que os INCTs são herdeiros dos antigos Institutos do Milênio, cujo primeiro edital foi lançado em 2008, representam o topo do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. São altamente seletivos e competitivos, estruturados como redes de excelência em pesquisa voltadas para temas específicos. Recentemente, o programa foi relançado, mantendo parcerias fundamentais estabelecidas desde sua criação, como com a CAPES e o Ministério da Saúde. Sobre o edital do Pró-Infra de Desenvolvimento Regional, disse que ele é voltado para infraestrutura de pesquisa científica, tecnológica e de inovação e destacou a importância do enfoque de desenvolvimento a nível regional (Norte, Nordeste e Centro-oeste) desconcentrando o Sistema Nacional Científico e Tecnológico. Explicou que foram disponibilizados recursos do FNDCT na ordem de R\$ 100 milhões para cada uma dessas regiões, podendo ser ampliado em 4 vezes para Região Norte e em 3 vezes para as Regiões Nordeste e Centro-Oeste caso haja adesão das FAPs nestes estados. Finalizou comentando a relevância do Edital Finep para Parques Tecnológicos para estados não contemplados em editais anteriores, sobretudo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mais uma vez com enfoque na desconcentração de recursos do FNDCT.

(Anexo I – Apresentação MCTI da 2ª RO do CD/FNDCT – Doc. SEI nº 12363089)

Ponderações e questionamentos dos Conselheiros:

i. O **Conselheiro Ricardo Galvão** esclareceu que destinar recursos para áreas prioritárias foi um posicionamento do MCTI, que foi construído em conjunto com o CNPq após apresentação de propostas em reunião junto à SBPC, com auxílio da Conselheira Fernanda Sobral e do Prof. Carlos Gadelha. Colocou que as FAPs que contribuíram desde o início terão acento no comitê julgador das propostas.

ii. O **Conselheiro Ildeu Moreira** registrou quão importante foi a reunião na Academia Brasileira de Ciências (ABC) enfatizando a mudança de ânimos da comunidade científica, muito em razão do lançamento de editais com investimentos robustos aguardados há tempos e do enfoque na descentralização de recursos para atendimento de regiões específicas, mas ressaltou haver outras questões pendentes de aprimoramento.

iii. A **Conselheira Fernanda Sobral** reforçou a importância das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e ressaltou a relevância de suas múltiplas funções como associação de mais de uma disciplina, congregação de pesquisadores de diferentes regiões, de diferentes instituições, além da preocupação com a disseminação e transferência do conhecimento para a sociedade. Por fim, celebrou o fato de os recursos terem sido ampliados para R\$ 450 milhões, o que considerou um marco significativo para a academia.

2.1.2. Relato da visita ao Projeto Orion (LNMBc):

O Sr. José Roque, diretor do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), relatou que se trata do desenvolvimento de um projeto pioneiro no Brasil. Para viabilizar a criação do Laboratório de Máxima Contenção Biológica (NB3 e NB4), com infraestrutura de pesquisa de ponta, informou que desde 2020, foram realizadas parcerias, várias visitas a laboratórios internacionais, workshops e contratações de especialistas para garantir o sucesso do projeto. Informou que o laboratório, projetado para ser referência na América Latina, visa atender a comunidade científica brasileira, com instalações de alta segurança com foco em pesquisa de doenças infecciosas. Conta com áreas de biossegurança nível 2, 3 e 4, além de laboratórios de treinamento. Explicou que parcerias com instituições como Fiocruz, Butantan e universidades foram fundamentais para o avanço do projeto. A iniciativa recebeu apoio da comunidade científica e do governo, com reconhecimento internacional, incluindo destaque na revista Nature. Descreveu que a estrutura terá múltiplos níveis de segurança e linhas de luz conectadas ao Sirius, permitindo experimentos inovadores com resolução que vai do nível celular ao organismo completo. Relatou, então, que a Pedra Fundamental foi lançada com a presença do Presidente Lula e outros ministros, sinalizando o impacto estratégico para a ciência e tecnologia no Brasil.

(Anexo II - Apresentação CNPEM da 2ª RO do CD/FNDCT –Doc. SEI nº 12363105)

Ponderações e questionamentos dos Conselheiros:

i. O **Conselheiro Jailson Andrade** perguntou quanto tempo vai levar a construção e quanto vai custar.

O Sr. José Roque respondeu que da mesma maneira que o Projeto Sirius, o NB4 será executado em fases. A fase 1 deverá ser concluída em 2027 e, posteriormente, haverá um processo longo de comissionamento, de NB2 para NB3 e finalmente o NB4. Trata-se de um projeto a ser executado em décadas. O custo inicial é da ordem de R\$ 1 bilhão, incluindo a parte civil.

ii. O **Conselheiro Galvão** questionou quanto à necessidade de estar fisicamente ao lado do Laboratório Sirius, utilizando-se de sua infraestrutura em face de ser suficiente um Raio X.

O Sr. José Roque respondeu que o sincrotron oferece avanços revolucionários em comparação com tomógrafos de bancada, permitindo imagens tridimensionais de células individuais, tecidos e órgãos com resolução até o nível de organelas. Essa tecnologia possibilita observar vírus interagindo com células, mapear fármacos no organismo e realizar estudos com precisão inigualável. O projeto posiciona o Brasil como potencial líder em pesquisa de patógenos, mas seu sucesso depende de programas que fomentem projetos inovadores e qualifiquem pesquisadores para explorar todo o potencial do Órion.

iii. O **Conselheiro Ildeu Moreira** perguntou quanto as demais fases posteriores à fase 1, em razão de ser um laboratório nacional, ponderando ser uma questão de governança.

O Sr. Jose Roque respondeu que dependerá da curva de aprendizagem uma vez que as fases posteriores do projeto dependem de fatores além da conclusão técnica, como a formação de pessoal qualificado e a demanda pela infraestrutura. Afirmou que hoje, o Brasil não tem especialistas prontos para operar um laboratório NB4, o que exigirá programas de treinamento semelhantes aos que formaram usuários do sincrotron. Assim, a decisão de avançar para novas etapas deve considerar aspectos técnicos, de governança e de planejamento estratégico. Além disso, a operação do laboratório precisa ser estruturada como uma facility acessível, com regras claras e treinamento rigoroso, diferente do sincrotron, onde o acesso é mais simples. A comunidade científica deve ser envolvida para definir o modelo de operação e acesso, bem como para criar um programa nacional em torno do projeto, que inclua formação de recursos humanos, mudanças legislativas e desenvolvimento de fornecedores. O sucesso do projeto vai além da entrega técnica; ele depende de ações integradas e de uma visão ampla que transforme o Brasil em líder na pesquisa de patógenos.

2.1.3. Solução – Oficina CBPF e Pavilhão Mário de Almeida;

O Conselheiro Luis Fernandes explicou que se trata de uma solução para um impasse envolvendo a UFRJ, o Canecão e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Após a recuperação judicial do Canecão, a UFRJ encontrou dificuldades para reativá-lo como centro cultural. Uma concessão pública foi feita para permitir sua exploração privada, e em troca, o campus da Praia Vermelha seria modernizado. No entanto, dois edifícios usados pelo CBPF, incluindo o histórico pavilhão Mário de Almeida, estavam no caminho desse projeto, gerando uma crise contratada. A solução encontrada foi transferir os laboratórios da oficina do CBPF para o Parque Tecnológico da UFRJ, preservando o pavilhão histórico e permitindo a modernização do campus. Essa mudança também abre oportunidades de expansão para o CBPF, especialmente no contexto da adesão do Brasil ao CERN, possibilitando maior interação entre institutos e empresas. O financiamento virá do FNDCT, com investimentos tanto no centro de memória quanto na expansão do CBPF. Assim, o que era uma crise potencial foi transformado em uma solução vantajosa para todas as partes envolvidas.

O Sr. Márcio Albuquerque, Diretor do CBPF, comentou que a saída do imbróglio era o diálogo. Iniciou apresentando o instituto fundado em 1949 de modo a avançar as fronteiras do conhecimento e desenvolver novas tecnologias. Informou que a partir de sua fundação, vários institutos como CNPq, IMPA, LNLS e o próprio Ministério de Ciência e Tecnologia foram criados por suas peculiaridades. Explicou que o CBPF está em um momento estratégico de expansão e modernização, com dois projetos que consolidam sua relevância no cenário nacional e internacional de ciência e tecnologia. O primeiro projeto é a revitalização do Pavilhão Mário de Almeida, um marco histórico onde nasceram instituições essenciais como o CNPq e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Abandonado por décadas, o prédio será restaurado para abrigar o Centro Nacional de Memória da Física, com espaços voltados à preservação histórica, exposições, popularização da ciência e intercâmbio de pesquisadores, conectando a comunidade científica e a sociedade em um ambiente de valorização da ciência brasileira. O segundo projeto envolve a expansão do CBPF para o Parque Tecnológico da UFRJ, na Ilha do Fundão, o maior parque tecnológico do país. Essa nova infraestrutura, com 24 mil m², será dedicada a laboratórios de ponta, com foco em áreas estratégicas como tecnologias

quânticas, nanotecnologia aplicada à saúde, inteligência artificial e instrumentação científica. Essas áreas abordam desafios nacionais, como o desenvolvimento de chips quânticos e sistemas de comunicação segura, a criação de produtos nanotecnológicos para diagnóstico e tratamento de doenças, e a fabricação de equipamentos avançados para física de alta energia, essenciais para projetos globais como os do CERN. A localização no Parque Tecnológico também reforça a integração entre pesquisa e inovação, aproximando empresas, startups e a ciência básica, promovendo o empreendedorismo científico e criando oportunidades para transformar conhecimento em produtos e serviços de alto valor agregado. A iniciativa busca não apenas desenvolver tecnologias estratégicas, mas também capacitar empresas brasileiras para competir em projetos internacionais, fortalecendo sua participação em cadeias globais de inovação.

(Anexo III - Apresentação CBPF da 2ª RO do CD/FNDCT –Doc. SEI nº 12363097)

Ponderações e questionamentos dos Conselheiros:

- i. O **Conselheiro Ildeu Moreira** reforçou a importância da preservação do Pavilhão Mario de Almeida em razão de ser o nascedouro da física do país, sobretudo por em 2024 ser o ano do centenário de César Lattes, um dos pilares da física brasileira, e em 2025 será o ano da quântica, momento de resgate da física.
- ii. O **Sr. Luis Fernandes**, enquanto membro conselheiro do CD, comentou que superando a fase de propostas de demolição, o projeto transformará o espaço em um centro de memória e integração científica com apoio do MCTI e do FNDCT. Integrado ao Parque Tecnológico da UFRJ, explicou que ele reforçará programas estratégicos, resgatando a história da ciência brasileira enquanto promoverá novas iniciativas, como as redes de tecnologia quântica e inovação científica no Rio de Janeiro, na área da Ilha do Fundão, com a construção de um prédio moderno de 24 mil m² dedicado a laboratórios avançados.

2.1.4. Ações do FNDCT para alavancar a interação entre ICTs e empresas;

O Sr. Luis Fernandes lembrou ser uma demanda tanto do CD/FNDCT quantos dos órgãos de controle a apresentação das ações com recursos do FNDCT visando apoiar, estimular, fomentar a interação entre as ICTs e empresas.

O Sr. Elias Ramos, diretor de inovação da Finep, destacou os principais instrumentos de cooperação entre ICTs e empresas financiados pelo FNDCT. Entre os mecanismos mencionados, três foram enfatizados como os mais relevantes: o primeiro são os recursos não reembolsáveis para ICTs, que envolvem editais voltados a projetos liderados por ICTs, com a participação de empresas que aportam contrapartidas financeiras ou estruturais. Esses projetos incluem iniciativas como o apoio a Parques Tecnológicos e Ambientes de Inovação, que promovem a interação entre a academia e o setor produtivo, ampliando a capacidade de colaboração entre os dois. O segundo mecanismo destacado é a subvenção econômica para empresas, um recurso não reembolsável que exige, em sua maioria, a parceria entre as empresas beneficiadas e ICTs. Essa obrigatoriedade busca melhorar a qualidade dos projetos ao integrar a expertise científica das ICTs, especialmente em um contexto no qual a maior parte dos pesquisadores e infraestrutura de pesquisa está concentrada nas instituições acadêmicas, diferentemente de outros países onde esse capital está mais presente nas empresas. O terceiro instrumento são recursos reembolsáveis, créditos oferecidos às empresas com a recomendação de que, ao tomarem os recursos, estabeleçam parcerias com ICTs para o desenvolvimento dos projetos. Essa abordagem busca fomentar a inovação e garantir que os projetos financiados utilizem conhecimento científico de ponta. A apresentação também destacou o crescimento significativo dos recursos destinados às cooperações ICT-empresa nos últimos anos. Em 2023, o investimento em subvenção econômica foi 3,5 vezes maior que no período entre 2019 e 2022. Houve também um aumento na participação de ICTs, que passaram a receber uma parcela maior do total investido, representando 11% dos projetos aprovados até o momento. Foram mencionados exemplos de programas como a EMBRAPII, que articula ICTs e empresas para solucionar demandas específicas, e chamadas específicas em áreas estratégicas como saúde, agricultura familiar e inovação industrial. Explicou que a EMBRAPII e a subvenção econômica são instrumentos fundamentais para fomentar a cooperação entre ICTs e empresas. Pontuou que em 2023, a EMBRAPII apoiou 185 projetos envolvendo tecnologias como inteligência artificial e materiais avançados, com participação de empresas de todos os portes com recursos na ordem de R\$ 160 milhões, com expectativa de atingir R\$ 180 milhões em 2024. Já a subvenção econômica lançou 13 chamadas em áreas estratégicas como saúde e sustentabilidade, exigindo parcerias entre empresas e ICTs na maioria dos casos, o que aumentou a qualidade dos projetos e fortaleceu a integração entre ciência e setor produtivo. Os investimentos em subvenção cresceram significativamente, passando de R\$ 450 milhões (2019-2022) para R\$ 1,59 bilhão em 2023, com maior participação direta das ICTs (11,4%). Essas ações promovem inovação colaborativa, ampliam o impacto da pesquisa científica e reforçam o papel estratégico das políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Além disso, destacou que o uso de um modelo de fluxo contínuo para os editais viabilizará maior flexibilidade, permitindo que o impacto e a distribuição regional dos recursos sejam analisados e ajustados continuamente. Em resumo, destacou que os instrumentos apresentados visam consolidar a integração entre a ciência e o setor produtivo, promovendo inovação, aumentando a competitividade das empresas e aproveitando o potencial científico das ICTs para impulsionar o desenvolvimento econômico e tecnológico do Brasil.

Ponderações e questionamentos dos Conselheiros:

i. A **Conselheira Carina Vitral** questionou acerca do tempo necessário para liberar os recursos contratados.

O Sr. Elias Ramos respondeu que os projetos financiados geralmente têm uma duração de 2 a 3 anos, e os recursos são liberados de forma parcelada ao longo desse período. A maioria dos projetos recebeu a primeira parcela em 2023, com alguns poucos já iniciados em 2022. As parcelas subsequentes são liberadas conforme o cronograma de execução dos projetos. Colocou que é importante destacar que o valor empenhado para cada chamada não reflete o montante total que será desembolsado de imediato, mas sim o compromisso financeiro assumido para o projeto. Os desembolsos efetivos ocorrem ao longo do tempo, conforme o andamento e as entregas previstas no contrato de cada projeto.

ii. O **Conselheiro Ildeu Moreira** solicitou maior detalhamento e acessibilidade nos dados apresentados pela Finep, incluindo informações sobre projetos, regiões, empresas e instituições envolvidas. Com isso, facilitaria a análise e colaboração de outros setores representados no Conselho e na sociedade, para além dos membros do CD, promovendo soluções estratégicas. Sugeriu melhorias na disponibilização dos dados online para ampliar o entendimento e o impacto das iniciativas.

O Sr. Elias Ramos respondeu que já existe um sistema de BI disponível no site, onde os dados podem ser acessados pelo link: <http://www.finep.gov.br/transparencia-finep/paineis-e-downloads/central-de-paineis>. No entanto, reconheceu que as ferramentas ainda não são tão amigáveis quanto poderiam ser, mas afirmou que melhorias estão em andamento.

iii. O **Conselheiro Olival Júnior** destacou a necessidade de melhorar a comunicação das iniciativas de ciência e tecnologia e levantou a problemática da comunicação nas instituições como Finep, CNPq e MCTI, que ainda carecem de estratégias eficazes para transmitir os resultados e impactos de suas ações. Ressaltou a criação de ferramentas de BI como positiva, mas insuficiente para atender ao público amplo. Sugeriu tratar a comunicação como uma questão estratégica, envolvendo especialistas da área para melhorar a divulgação dos resultados de modo a reforçar a legitimidade política do FNDCT, demonstrando o funcionamento do Fundo, sem contingenciamento. Outro ponto abordado foi quanto à necessidade de apoiar empresas que desejam reter ou contratar profissionais qualificados, mas sem necessariamente estabelecer parcerias com ICTs. Citou dois exemplos: caso da Embraer, que busca reter 1.600 engenheiros em um momento estratégico para o setor aeronáutico, com a proposta de uma bolsa suplementar de R\$ 7.800 por engenheiro ao longo de três anos, com um custo total de R\$ 450 milhões, considerado viável para proteger uma área estratégica da economia; e o edital de bolsas RH-TI, que permite às empresas contratarem profissionais altamente qualificados para projetos de inovação. Informou que apesar de contar com um orçamento limitado de R\$ 50 milhões, o edital recebeu 1.002 propostas, mas apenas 199 projetos serão contemplados. Posto isso, argumentou que em razão da alta demanda e da oportunidade de ampliar programas semelhantes no apoio a empresas na contratação de mestres, doutores e outros profissionais especializados, o aumento quantitativo de recursos deve ser considerado, visando à valorização do capital humano qualificado.

iv. A **Conselheira Carina Vitral** enfatizou a importância de fortalecer a integração entre ICTs, empresas e governo para impulsionar a inovação no Brasil, aproveitando o momento econômico favorável e as políticas públicas em andamento, como o descontingenciamento do FNDCT. Destacou a necessidade de focar em setores estratégicos, mapear oportunidades e criar projetos direcionados que conectem políticas públicas, setor privado e universidades. Essa abordagem demanda não apenas editais amplos, mas ações direcionadas, com diálogo direto entre o setor público e privado, mapeando desafios e setores-chave para construir projetos integrados de impacto nacional. Pontuou que o objetivo é o de construir um ecossistema robusto de inovação, alavancar o desenvolvimento tecnológico e consolidar o Brasil como líder em áreas estratégicas, promovendo avanços econômicos e sociais.

3. Deliberações:

3.1. Descentralização FNS ao FNDCT – Projeto CIMATEC;

O Secretário-Executivo, Sr. Luis Fernandes, explicou que o Ministério da Saúde e o Senai Cimatec solicitaram o repasse de recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), via FNDCT, para apoiar um projeto no Laboratório de Pesquisa em Biotecnologia Aplicada à Saúde do Senai Cimatec. A operacionalização pelo FNDCT foi solicitada para agilizar o

processo, dada a aderência do projeto às finalidades do fundo, mas ressaltou que os recursos são integralmente do FNS. Informou que a decisão foi tomada ad referendum para garantir a celeridade necessária, mas está sendo submetida ao Conselho para homologação.

Todos os membros aprovaram a decisão Ad Referendum Descentralização FNS ao FNDCT – Projeto CIMATEC.

(Anexo I – Apresentação MCTI da 2ª RO do CD/FNDCT – Doc. SEI nº 12363089)

3.2. Revisão do Manual Operativo do FNDCT;

A Sra. Mariana Vidal explicou que houve necessidade de adaptação feita em razão das mudanças nos normativos aprovados no âmbito do CD, além de algumas correções ortográficas e de nomenclatura. Informou que o manual consolidado atual reflete alterações como a aplicação de recursos em programas, termos de referência específicos e mudanças em atribuições, alinhando-se aos normativos vigentes. Afirmou que essas atualizações são preparatórias para a criação de um grupo de trabalho, prevista para dezembro, que revisará normas infralegais com base nesse material atualizado. Em resumo, ressaltou que não há mudanças significativas, apenas uma compilação e adequação das normas já discutidas e aprovadas para garantir maior consistência no manual.

Todos os membros aprovaram a revisão do Manual Operativo do FNDCT.

(Anexo IV – Apresentação Minuta MANUAL OPERATIVO DO FNDCT – Doc. SEI nº 12337594)

3.3. Resolução para Manutenção do GAAVA;

A Sra. Mariana Vidal explicou brevemente sobre o Grupo Assessor do Modelo Integral de Avaliação Global (GAAVA), criado em 2019, com o objetivo de harmonizar diretrizes, padronizar critérios e procedimentos, além de propor melhorias no modelo de avaliação. O grupo conta com representantes do MCTI, Finep, CNPq, CNI e Embrapa, entre outros. Informou que o problema identificado foi quanto ao caráter temporário do grupo, previsto originalmente para um ano, conforme estabelecido na resolução de 2019. Apesar disso, o grupo continuou ativo em 2020, 2022 e 2023, atendendo a demandas de órgãos de controle e revisando parâmetros e procedimentos. Em 2024, a coordenação identificou a necessidade de formalizar a continuidade do grupo e solicitou à CONJUR do MCTI uma elucidação sobre a questão, resultando na recomendação de emissão de uma nova resolução, espelhando a de 2019, mas removendo o artigo que estipulava o caráter temporário. A proposta visa oficializar a permanência do grupo para dar continuidade aos seus trabalhos.

Todos os membros aprovaram a resolução para manutenção do GAAVA.

(Anexo V – Minuta Resolução GAAVA - Doc. SEI nº 12337576)

Todos as deliberações propostas foram aprovadas integralmente.

Ponderações e questionamentos dos Conselheiros:

i. A **Conselheira Marcela Flores** sugeriu a criação de um grupo de trabalho específico no CD para aprofundar a avaliação do destino e impacto dos recursos, além de melhorar a comunicação desses resultados. Colocou que a iniciativa visa investir mais tempo e esforços coletivos a esse tema estratégico, fortalecendo as bases para sustentar políticas e ações relacionadas à gestão e alocação dos recursos, com o objetivo de assegurar que as decisões sejam bem fundamentadas e que contribuam para a continuidade e defesa das iniciativas de ciência, tecnologia e inovação.

ii. A **Conselheira Carina Vitral** enfatizou a necessidade de ampliar a análise do impacto do FNDCT, combinando a avaliação dos resultados com uma estratégia de comunicação eficaz. Além de compreender melhor o destino e o impacto dos recursos, é essencial identificar projetos estratégicos que exemplifiquem o sucesso da política, criando narrativas claras e impactantes para defender o descontingenciamento contínuo do fundo. Explicou que essa abordagem busca, não apenas medir, mas também valorizar os resultados, destacando histórias de sucesso que ilustrem o impacto positivo do FNDCT com objetivo de fortalecer a defesa pública da política e garantir sua continuidade, alinhando a avaliação técnica com uma comunicação que alcance diferentes públicos e setores da sociedade.

O Secretário-Executivo respondeu que embora a comunicação seja um desafio crucial pendente de melhorias, ela deve ser tratada separadamente da avaliação substantiva. É essencial construir um sistema robusto de avaliação global que seja independente das estratégias de comunicação. Esse sistema deve fornecer dados confiáveis e detalhados,

que, por sua vez, servirão como base para narrativas de comunicação.

A Sra. Janaina Prevot, Diretora de Administração da Finep, explicou que a agência, por meio de sua área de planejamento ligada à presidência, coordena o trabalho de avaliação de impacto e está aberta à participação de outras instituições, incluindo o Gaava, que já envolve membros do CD/FNDCT. Em relação à comunicação, reconhece que o trabalho ainda é inicial, mas argumentou que a Finep dispõe de ferramentas como a Central de Painéis com informações detalhadas sobre projetos apoiados e reforçou seu compromisso da agência em atender às expectativas e aprimorar suas formas de comunicação e transparência.

O Sr. Raphael Padula esclareceu que a avaliação do FNDCT envolve três dimensões: a construção de um modelo global para medir impactos e aprimorar programas por meio de workshops temáticos; a análise da relação ICT-empresa, focada em fortalecer a integração entre ciência e setor produtivo; e a melhoria da comunicação, com a criação de uma base de dados robusta, um plano estratégico e maior visibilidade para os projetos financiados pelo fundo. Essas iniciativas, interligadas, visam consolidar a eficiência e o reconhecimento do FNDCT difundindo e ampliando o conhecimento do Fundo pela sociedade.

iii. A **Conselheira Carina Vitral** destacou a importância de aprofundar a discussão sobre a relação ICTs e empresas, dado o impacto estratégico do tema e sua recorrência no âmbito do FNDCT. Sugeriu que o MCTI assuma uma liderança ativa nessa pauta, articulando-se com outros ministérios, como MEC e MDIC, e entidades envolvidas, para fomentar a integração e criar diretrizes claras. Argumentou que essa liderança, partindo do FNDCT, poderia fortalecer a articulação interministerial e consolidar estratégias eficazes para ampliar a colaboração entre ICTs e empresas.

O Secretário-Executivo explicou que a temática da interação ICT-empresa, embora relevante, não é central ao escopo do FNDCT, mas sim uma questão mais ampla que envolve a Governança e organização das ICTs. Essa pauta está sendo tratada em grupos liderados por outros órgãos, como a AGU e o MEC, com o MCTI participando como parte interessada. Esclareceu que o FNDCT, enquanto fundo de fomento, pode contribuir indiretamente, financiando projetos e ações que favoreçam essa interação, mas não assume o protagonismo na reorientação das ICTs para apoiar empresas.

Ao final dos debates o Sr. Luis Fernandes propôs três encaminhamentos principais: uma capacitação para facilitar o acesso e uso dos dados detalhados do FNDCT disponíveis pela Finep aos membros; a ampliação da participação no processo de avaliação global (MAG), com convites para interessados que queiram contribuir; e a criação de um grupo de trabalho (GT) para desenvolver uma estratégia integrada e eficaz de comunicação sobre os resultados e ações do FNDCT, fortalecendo sua visibilidade e impacto.

4. Revisão dos Programas do PAI;

O Sr. Luis Fernandes informou que a execução do orçamento não reembolsável do FNDCT em 2024 estava bem encaminhada, haja vista ter orçamento total inicial de R\$ 6,364 bilhões, com R\$ 5,1 bilhões destes já executados até 30 de outubro. Afirmou que o cronograma de desembolsos estabelecido pela Junta Orçamentária está sendo seguido, e que a SOF já autorizou a liberação de 50% do saldo restante para novembro, com possibilidade de antecipação conforme o avanço da execução. Explicou que a execução permanece concentrada no segundo semestre devido ao tempo necessário para etapas como lançamento de editais, avaliação e recursos, embora o fundo esteja em ritmo para executar integralmente o orçamento em 2024, como ocorreu em 2023. Ato contínuo, passou a apresentar o cronograma de revisão dos Programas do Plano Anual de Investimentos – PAI e repassou os 10 Programas Estratégicos e Mobilizadores (PEM) que resultou na criação de 35 linhas de atuação. Falou detalhadamente sobre as linhas de atuação dos Programas e suas iniciativas, destacando as demandas brutas, as demandas atendidas (Execução) e as demandas qualificadas (não atendidas). O Sr. Elias Ramos explicou o conceito de fluxo contínuo, um formato de chamada aberta por tempo indeterminado, que é encerrada ao atingir 130% dos recursos disponíveis. Ele destacou como ponto positivo a possibilidade de reapresentação de projetos inicialmente desabilitados por falta de documentação, garantindo maior flexibilidade e oportunidade para os participantes. O Conselheiro Olival Júnior discorreu acerca do programa "Mais Ciência na Escola" informando que ele foi implementado para criar laboratórios makers e promover o letramento digital. Com um orçamento de R\$ 100 milhões, foram aprovados 27 projetos, um por estado, resultando na construção de mil laboratórios makers e na concessão de 10 mil bolsas. Apesar disso, informou que a demanda qualificada foi elevada, com 136 propostas submetidas e 84 recomendadas pelo comitê, indicando espaço para futuras chamadas ou expansão do programa nos próximos anos. O Presidente do CNPq destacou que a resposta do Programa Conhecimento Brasil – Repatriação superou todas as expectativas. Informou que eram esperadas cerca de 200 a 500 propostas, e que foram recebidas 1.560, abrangendo 56 países. Comemorou o fato de haver 139 empresas interessadas em atrair doutores, o que demonstra um forte interesse do setor privado nesse tipo de qualificação sinalizando positivamente para o futuro da integração entre ciência e mercado.

Ponderações e questionamentos dos Conselheiros:

i. A **Conselheira Carina Vitral** destacou três desafios fundamentais para o FNDCT: simplificar a burocracia e agilizar o fluxo financeiro, superando entraves no Ministério da Fazenda e STN; alinhar a liberação de recursos à urgência da inovação, especialmente em áreas tecnológicas de fronteira; e facilitar o acesso de startups promissoras ao sistema de fomento, superando barreiras como a falta de garantias financeiras. Adicionou que a Finep deve buscar soluções estruturadas para enfrentá-las.

ii. A **Conselheira Marcela Flores** questionou a razão dos números referentes aos temas de economia circular e energias renováveis estarem baixos, mesmo sendo áreas de alta relevância para questões de soberania, considerando que ambos os editais foram lançados simultaneamente e perguntou se isso poderia estar relacionado a desafios específicos de adesão, divulgação ou critérios de seleção.

O Sr. Elias Ramos explicou que as propostas para essas chamadas apresentaram um ritmo inicial mais lento de submissão, um comportamento que ainda está sendo analisado para identificar as causas. Ele ressaltou que já estão sendo implementadas iniciativas para entender melhor esse cenário e estimular maior participação, garantindo que esses temas estratégicos recebam a atenção e adesão esperadas.

iii. A **Conselheira Carina Vitral** considerou ser necessário analisar com mais profundidade o ritmo diferenciado das chamadas relacionadas à bioeconomia e transição energética, que fazem parte das grandes apostas estratégicas do país, como transformação digital, complexo industrial da saúde e aviação. Argumentou que, apesar do potencial significativo do Brasil, especialmente em áreas como biocombustíveis, há uma demanda menor em comparação a outras chamadas, que já apresentam valores na casa dos bilhões. Sugeriu priorizar a avaliação dessa chamada específica, buscando diálogo com a indústria, ICTs e outros stakeholders para compreender as razões do ritmo mais lento. Considerou haver fatores como sobreposição de demandas com iniciativas como o Fundo Clima do BNDES ou o foco em tecnologias já maduras, que tendem a atrair mais crédito. Afirmou que a análise mais detalhada permitirá identificar gargalos e oportunidades para alavancar tecnologias emergentes nesse setor estratégico.

iv. O **Conselheiro Ildeu Moreira** levantou uma dúvida sobre o conceito e a lógica por trás dos veículos hipersônicos, especialmente em relação ao foguete de decolagem e suas aplicações, considerando a relevância dessa tecnologia em uma disputa internacional altamente competitiva. Há também curiosidade sobre as implicações para defesa e outros setores, como ambiental. Outro ponto destacado foi a ausência de discussão sobre drones, que têm se mostrado cruciais em disputas militares globais devido à sua versatilidade e custo relativamente baixo e, para além desse uso, poderiam atuar situações como reflorestamento e monitoramento ambiental.

O **Conselheiro Heraldo Rodrigues** explicou que o desenvolvimento de veículos hipersônicos é um esforço internacional liderado por consórcios na Europa, como o projeto AQUILA e o HYDEF, voltados para interceptadores avançados. No Brasil, a FAB conduz o projeto 14-X, que utiliza propulsão scramjet e foguete auxiliar para alcançar velocidades próximas a Mach 6. Enquanto hipersônicos atendem a demandas estratégicas de alta tecnologia, drones emergem como soluções versáteis e econômicas, com aplicações militares e civis, demonstrando a complementaridade dessas tecnologias no avanço das capacidades nacionais e globais.

v. O **Conselheiro Rodrigo Rollemburg** relatou que a aprovação da Lei do Combustível do Futuro, com intervenção significativa do vice-presidente Geraldo Alckmin, foi fundamental para simplificar a regulamentação da captura e estocagem de carbono. O processo, que inicialmente exigia permissões complexas e contratos de longo prazo, passou a operar sob um modelo de autorização, viabilizando o primeiro projeto de etanol com emissões negativas no Brasil, uma iniciativa altamente inovadora.

vi. O **Conselheiro Ildeu Moreira** questionou se havia recursos da CAPES na implementação dos laboratórios makers.

O **Conselheiro Olival Júnior** respondeu que não, e a Ministra informou que o objetivo é dar um conteúdo substancial à expansão das escolas integrais, integrando iniciativas que agreguem valor e promovam aprendizado significativo. Por enquanto, a contribuição está limitada à implementação inicial do FNDCT, mas há intenção de ampliar essa participação de forma mais robusta no futuro, fato que já vem sendo tratado com o Ministro da Educação.

vii. O **Conselheiro Ildeu Moreira** relatou que em 2012, sob a liderança do então ministro Raupp, houve uma tentativa de articulação entre quatro ou cinco ministérios, incluindo Meio Ambiente, Educação, Turismo e Ciência e Tecnologia, para abordar a situação na Serra da Capivara e seu museu. Apesar de ser um projeto com grande potencial, a iniciativa não avançou devido à falta de integração. Essa experiência destaca a importância de ações coordenadas em projetos de grande impacto. Sobre o edital recente, os dados mostram uma demanda extraordinária e confirmam o acerto da iniciativa, no entanto, destacou que existem pontos a serem aprimorados, como por exemplo, instituições como a SBPC, a ABC e outras entidades com grande acervo e expertise que acabaram ficando de fora devido a restrições relacionadas aos critérios técnicos, como a exigência de que as equipes técnicas compostas por profissionais formalmente empregados nas instituições proponentes. Isso excluiu organizações com

equipes de trabalho altamente qualificadas, mas compostas majoritariamente por voluntários. Considerou que embora essas restrições tenham sido compreensíveis no contexto do edital, elas limitaram o universo de participação, que já foi expressivo, mas poderia ter sido ainda maior. Um trabalho prévio de articulação, especialmente pela Finep, com as instituições da área poderia ter ampliado o alcance da chamada pública, garantindo uma participação mais diversificada e alinhada ao potencial de impacto do projeto. Afirmou que a reflexão é importante para futuras chamadas públicas, a fim de que sejam mais inclusivas e potencializem ainda mais o impacto das ações promovidas.

O Sr. Carlos Aragão respondeu que, devido ao caráter inédito do edital, muitas instituições não tinham clareza sobre seu enquadramento nos critérios exigidos. Um dos principais pontos foi a exigência de vínculo empregatício das equipes técnicas, o que gerou dúvidas e problemas, como no caso do professor Sérgio Rezende em razão dele ser um professor aposentado com grande mérito na Universidade Federal de Pernambuco e pesquisador colaborador, ainda existe incerteza se sua participação pode ser considerada válida dentro dos critérios atuais, dado que a definição de vínculo empregatício precisa ser interpretada com mais flexibilidade.

5. Deliberação sobre a ampliação do atendimento de Editais;

O Sr. Luis Fernandes informou que assim como ocorreu em 2023, o orçamento integral de 2024 será executado. Colocou que todos os dados apresentados subsidiarão as reuniões dos Comitês Gestores e a próxima do Conselho Diretor de modo a demonstrar que existem propostas em fase de conclusão em razão do trâmite das agências (Finep e CNPq). Propôs que a demanda qualificada fosse ampliada para que o apoio às ICTs já ocorra no primeiro semestre de 2025. Informou a

existência de um fluxo contínuo já identificado. Nos editais com previsão anual de lançamento, propôs dobrar o atendimento de 2024. No caso do Pro-Infra Expansão Laboratorial, isso significa cobrir toda demanda qualificada (380 milhões). Para os demais editais, propôs atender integralmente a demanda qualificada não atendida. Finalizou afirmando que o valor total a ser ampliado é de R\$ 2,3 bilhões.

(Anexo I – Apresentação MCTI da 2ª RO do CD/FNDCT – Doc. SEI nº 12363089)

Ponderações e questionamentos dos Conselheiros:

i. O **Conselheiro Pedro Wongtschowski** questionou acerca do caso do Pró-Amazônia, com R\$ 1,2 bilhão em propostas qualificadas, mas não atendidas, e apenas R\$ 150 milhões sendo atendidos, sobrará cerca de R\$ 1,05 bilhão de projetos qualificados, mas sem financiamento. Como se trata de um edital anual, perguntou se essas propostas precisarão ser reapresentadas pelos proponentes na próxima rodada, ou existe algum mecanismo que permita reaproveitar a qualificação anterior. A dúvida reside em como será o procedimento para reapresentação ou revalidação dessas propostas no futuro.

O Secretário-Executivo respondeu que todo edital, seja da Finep ou do CNPq, começa com um aporte inicial de recursos e inclui uma cláusula que permite expansão caso recursos adicionais sejam disponibilizados. No caso do Pró-Amazônia, serão aprovados e contemplados apenas os projetos que cabem dentro dos R\$ 300 milhões alocados. Os projetos não contemplados nesta chamada poderão ser reapresentados em um novo edital ou substituir por novas propostas, conforme as regras da próxima rodada. Isso garante continuidade na oportunidade de acesso ao financiamento, embora não assegure atendimento imediato às demandas excedentes.

ii. A **Conselheira Carina Vitral** colocou que, considerando o modelo de fluxo contínuo, seria possível criar um mecanismo para que projetos habilitados, mas não contemplados por falta de recursos em um edital, possam ser reapresentados automaticamente quando um novo edital for aberto, sem que o proponente precise refazer todo o processo de submissão.

O Secretário-Executivo respondeu que existe uma diferença conceitual entre fluxo contínuo e editais concorrenzial. No modelo concorrenzial, quando uma proposta qualificada não é contemplada por falta de recursos, o proponente normalmente quer melhorar sua proposta para aumentar a competitividade no próximo edital. Isso faz sentido porque há um papel indutor de melhoria nos projetos.

O presidente da Finep explicou que esse modelo gera retrabalho para a Finep e seus avaliadores, já que cada reapresentação exige nova avaliação e análise de recursos. Informou que a ideia é a de permitir que propostas já bem qualificadas possam ser reaproveitadas no próximo edital, sem necessidade de reapresentação completa, com impactos positivos. Disse ainda que para o ecossistema traria agilidade ao direcionar recursos para as ICTs e universidades de forma mais rápida. Além disso, reforçaria a percepção de que o FNDCT está funcionando bem e que há continuidade nas oportunidades para os proponentes. Isso poderia ser um incentivo importante para os atores envolvidos no sistema de ciência, tecnologia e inovação. Por fim, colocou que vislumbra para o futuro vários editais de fluxo contínuo.

iii. O Conselheiro Ildeu Moreira questionou se haverá recursos disponíveis para futuras prioridades, ao atender toda a demanda existente, demonstrando preocupação com a margem orçamentária. Ele também questionou a distribuição dos recursos no PLOA, que destinou R\$ 3,6 bilhões para subvenção econômica e R\$ 2,2 bilhões para o CT-Infra, e, por fim, solicitou esclarecimentos sobre a negativa da Junta Orçamentária em relação à proposta de escalonamento 60/40 no tocante a distribuição de recursos não reembolsáveis e reembolsáveis enviada pelo CD.

O Secretário-Executivo explicou que, como o fluxo é anual, ele reflete as previsões do planejamento plurianual já aprovado nos termos de referência, mantendo uma reserva estratégica, o que garante flexibilidade para revisar e implementar novos programas prioritários, sem sobrecarregar o orçamento atual. Sobre a questão do CT-Infra, respondeu que o problema enfrentado se deu em virtude da classificação, pela SOF, de todas as ações do CT-Infra como pertencentes ao PAC, o que limita a cobertura apenas às instituições públicas de ciência e tecnologia, deixando de fora outras instituições relevantes para o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT). Para contornar isso, a SOF ajustou a classificação, criando um "PAC transversal" de modo a acomodar essas instituições. Além disso, enquanto o limite para o CT-Infra propriamente dito é de 20% do orçamento não reembolsável, eles haviam inicialmente alocado 40%, o que poderia engessar as decisões de investimento deste CD. A correção busca garantir flexibilidade para alocar recursos de forma mais estratégica no FNDCT. E sobre a questão da alteração da distribuição dos recursos disse que a solicitação enquanto conselheiro do CD/FNDCT é legítima por considerar justo o retorno fundamentado dos motivos que levaram à negativa da Junta Orçamentária em relação à proposta apresentada.

iv. O Conselheiro Daniel Moczydlower destacou a importância de ter uma projeção da execução orçamentária de 2025, considerando que uma parcela significativa do orçamento já estará comprometida com compromissos plurianuais e com as aprovações em andamento. Sugeriu que, com base em uma estimativa simplificada, cerca de R\$ 3 bilhões do orçamento de 2025 podem já estar alocados, deixando espaço para ajustes ou novas prioridades. Além disso, reforçou o pedido de justificativa da Junta Orçamentária para a negativa da proposta de escalonamento 60/40, argumentando que esta era uma proposta equilibrada, voltada para inovação de alto impacto e maior risco tecnológico.

O Secretário informou que a solicitação do Conselheiro Daniel será atendida na abertura da reunião do CD de dezembro, com uma apresentação detalhada sobre o levantamento solicitado. Reconheceu que o raciocínio do conselheiro está correto em termos de ordem de grandeza e afirmou que há margem para adaptações no fluxo, considerando que os programas são plurianuais.

v. A Conselheira Fernanda Sobral ressaltou a necessidade de se discutir novos programas para 2025.

vi. A Conselheira Carina Vitral reforçou a relevância de se identificar e divulgar grandes exemplos de sucesso do FNDCT que possam ser apresentados como provas concretas de sua eficácia, argumentando que esses casos ajudariam a fortalecer a narrativa de que o FNDCT é uma política pública eficiente, que promove o aumento da produtividade e o desenvolvimento econômico do Brasil, além de sustentar sua defesa para continuidade do descontingenciamento e ampliação de investimentos.

Ao final dos debates acerca da **Deliberação sobre a ampliação do atendimento de Editais** o Secretário-Executivo submeteu a temática a aprovação dos membros e a ampliação dos investimentos no total de R\$ 2.319,9 bilhões, distribuídas conforme abaixo, a qual foi aprovada por unanimidade.

Programa	Iniciativas	Agência	Ampliação
1 - Pró-Infra	1.2. Recuperação Laboratorial 1.3 Expansão Laboratorial Centros Temáticos	Finep Finep Finep	R\$ 595,9 milhões R\$ 380 milhões R\$ 500 milhões
2 - Mais Inovação	Saúde ICTs	Finep	R\$ 444 milhões
4 - Pró-Amazônia	CENTROS AVANÇADOS EM ÁREAS ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO AMAZÔNICA	CNPq	R\$ 150 milhões
7 - Identidade Brasil	Acervos - Científico e Tecnológico Acervos - Histórico e Cultural	Finep Finep	R\$ 125 milhões R\$ 125 milhões

6. Calendário e proposta de pautadas próximas reuniões;

O Secretário informou a data da 4ª reunião do CD que acontecerá em 11 de dezembro de 2024 e disponibilizou a data da 1ª reunião do Conselho para 2025, que deverá ocorrer em 2 de abril.

7. Assuntos Gerais;

Nada foi tratado como assunto geral.

8. Encerramento.

A ministra Luciana Santos destacou a importância de realizar um processo de avaliação abrangente e coletivo sobre os investimentos e ações do FNDCT, dada sua representatividade tripartite e os recursos públicos envolvidos. Ressaltou desafios como a redução das desigualdades regionais, a necessidade de maior participação de mulheres na ciência, a formação acelerada de competências para novas tecnologias e a luta contra o negacionismo científico. Reconheceu avanços históricos, como o recorde de execução orçamentária e a inclusão da ciência no PAC, atribuindo tais feitos à decisão política do governo. Enfatizou a relevância de ampliar a comunicação sobre os resultados para consolidar o apoio público e político à ciência, tecnologia e inovação como pilares do desenvolvimento nacional.

O Secretário-Executivo encerrou a reunião agradecendo a participação de todos.

LUIS MANUEL REBELO FERNANDES
Presidente do Conselho Diretor do FNDCT

Anexos:

- I - Apresentação MCTI da 2ª RO do CD/FNDCT - Doc. SEI nº 12363089
- II - Apresentação CNPEM da 2ª RO do CD/FNDCT - Doc. SEI nº 12363105
- III - Apresentação CBPF da 2ª RO do CD/FNDCT - Doc. SEI nº 12363097
- IV - Apresentação Minuta MANUAL OPERATIVO DO FNDCT - Doc. SEI nº 12337594
- V - Minuta Resolução GAAVA - Doc. SEI nº 12337576



Documento assinado eletronicamente por **Luis Manuel Rebelo Fernandes, Secretário-Executivo**, em 22/01/2025, às 22:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12494883** e o código CRC **1ED4CCE8**.

